

## PROFESSORES DIVULGAM MANIFESTO PARA PROVOCAR REFLEXÃO SOBRE O MOMENTO DA PUC-SP

Um grupo de professores da PUC-SP está divulgando um manifesto que tem como principal objetivo provocar reflexão e debate sobre o atual momento da PUC-SP. O documento é fruto de uma reflexão que já vem se desenvolvendo há algum tempo em reuniões dos docentes de vários departamentos que têm em comum a ideia de que defen-

der a PUC-SP é defender o seu maior patrimônio - os professores.

O documento é dividido em três eixos que analisam a atual crise da PUC-SP através de fatores políticos, administrativos e acadêmicos que compõem a estrutura da universidade.

Os signatários entendem que "a crise atual da PUC-SP ganhou contornos maiores de desagregação e deca-

dência a partir de fatos concretos ocorridos nos últimos dez anos, os quais apresentaram a quebra de valores e princípios que haviam norteado a Universidade durante pelo menos as duas décadas anteriores". Para eles, "em momentos como esse os professores precisam - mais do que nunca - debater os seus problemas, analisar a situação, unir suas forças e atuar coletiva-

mente. É um grande equívoco imaginar que a solução seja individual, que cada professor vai conseguir, sozinho, salvar a própria pele, não sofrer os efeitos da crise que atinge a todos".

O grupo de professores realizará outra reunião no dia 25/4, às 17h, na sede da APROPUC (rua Bartira 407). A íntegra do documento está nas páginas 2 e 3 desta edição.

## Debate discute os 50 anos do golpe e a resistência das mulheres

A Frente Feminista do Coletivo RUA - Juventude Anticapitalista promoveu uma atividade sobre os 50 anos do golpe e a resistência das mulheres, na terça-feira, 15/4, na PUC-SP. O debate contou com a presença da professora de Serviço Social e diretora da APROPUC Beatriz Abramides, que participou ativamente do movimento estudantil durante a ditadura no Brasil.

O movimento estudantil da PUC-SP, do qual a professora Bia começou a fazer parte em 1968, quando entrou na Escola de Serviço Social da universidade, lutava contra a opressão de gênero, defendendo que as mulheres tivessem direito ao corpo e à sexualidade e se posicionando contra a criminalização do aborto e a favor de sua legalização.

Durante a ditadura, as militantes promoviam uma luta igualitária, libertária e tipicamente socialista: a opressão de gênero não se inicia com o surgimento do sistema capitalista, e sim com o patriarcado, que divide a sociedade em dominantes e dominados; porém, é inegável que o capitalismo, mantido pela exploração, perpetua ainda mais a opressão feminina.

Bia foi presa em 1968, junto com outros mil estudantes, durante o XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que estava proibido na época. Ela contou algumas de suas memórias mais marcantes da prisão Tiradentes, dentre elas: "Falávamos sobre abuso sexual, opressão, sobre o medo dessas opressões e sobre a violência doméstica com as presas comuns, ali conversávamos muito".



Na mesa do debate a professora Bia Abramides e a estudante Simone Nascimento

Mesmo dentro do movimento estudantil, as mulheres travavam uma batalha de organização, o machismo existia no campo da esquerda e no campo da militância. Entretanto, as mulheres não se auto-organizavam enquanto feministas (o movimento só surgiu no Brasil no fim da década de 1970), mas percebiam a necessidade das lutas e das dis-

cussões acerca da liberdade sexual e do espaço igualitário dentro do movimento.

No movimento sindical, do qual Bia também fez parte, as mulheres tiveram um papel fundamental para os piquetes em 1978, durante a greve do ABC. Porém, o movimento era estruturalmente machista e o feminismo era uma luta secundarizada pelos militantes.

# A crise da PUC-SP precisa ser enfrentada

*Grupo de professores e professoras de vários cursos faz mapeamento dos problemas que afetam a Universidade, propõe debate e atuação coletiva.*

A PUC-SP vive uma crise sem precedentes. A Universidade começou 2014 com redução de alunos na maioria dos cursos, vários deles não chegaram a abrir turmas devido ao baixo número de inscritos no vestibular e nas matrículas. Vários funcionários foram sumariamente demitidos. Centenas de professores tiveram seus contratos reduzidos compulsoriamente. A movimentação da cúpula dirigente indica que novas reduções de contratos e demissões devem acontecer no meio do ano, em junho e julho. Comenta-se que poderá ocorrer um programa de demissão voluntária.

Em momentos como esse os professores precisam – mais do que nunca – debater os seus problemas, analisar a situação, unir suas forças e atuar coletivamente. É um grande equívoco imaginar que a solução seja individual, que cada professor vai conseguir, sozinho, salvar a própria pele, não sofrer os efeitos da crise que atinge a todos. Silenciar, fingir que está tudo bem, buscar saída pessoal ou tentar proteção na forma de submissão e bajulação – não vai impedir demissões e reduções contratuais.

Somente com união e luta os professores poderão criar condições concretas para uma negociação com a Fundação São Paulo, apresentar propostas que enfrentem a crise

com o menor dano possível aos salários, às condições de trabalho e aos empregos. Como vamos preservar empregos se não somarmos forças em torno de um programa mínimo de defesa da categoria? Não é o momento de unificarmos as várias demandas dos professores para exigir uma solução coletiva que respeite a dignidade de todos que dedicaram anos de suas vidas para manter a PUC-SP de pé?

Entendemos que a crise atual da PUC-SP ganhou contornos maiores de desagregação e decadência a partir de fatos concretos ocorridos nos últimos dez anos, os quais representaram a quebra de valores e princípios que haviam norteado a Universidade durante pelo menos as duas décadas anteriores. Consideramos, entre os inúmeros fatores políticos, administrativos e acadêmicos, aqueles que mais causaram danos ao ambiente universitário e ao trabalho dos professores. São eles:

## FATORES POLÍTICOS

- ✓ A intervenção direta da Fundasp, em 2005, que quebrou um longo período de autonomia acadêmica e administrativa;

- ✓ a violenta demissão de centenas de professores e funcionários em 2006, que revelou mecanismos sórdidos de expurgo e retaliação;

- ✓ a imposição de um “redesenho institucional” baseado no autoritarismo

de alguns sem o devido debate democrático com a comunidade;

- ✓ a convocação da Tropa de Choque da Polícia Militar para reprimir estudantes, em 2007, quando Reitoria e Fundasp se equipararam com os verdugos da época da ditadura;

- ✓ a aprovação do novo estatuto da Universidade, que estabeleceu inúmeras restrições para a democracia interna, entre as quais a criação do Consad com poderes acima do Conselho Universitário, que era o órgão máximo da gestão universitária;

- ✓ o desrespeito ao resultado do processo eleitoral para a Reitoria, com a imposição pelo Grão Chanceler da candidatura menos votada;

- ✓ a perseguição política a estudantes, funcionários e principalmente professores mais críticos e atuantes, como é o caso do processo contra a professora Maria Beatriz Abramides, diretora da Apropuc, punida com advertência em seu prontuário funcional.

## FATORES

### ADMINISTRATIVOS

- ✓ A “maximização” dos contratos de trabalho, que deveria ser provisória e emergencial, se tornou permanente desde 2006 e representou uma brutal redução salarial e aumento brutal da carga de trabalho comprometendo a qualidade do trabalho acadêmico e a produção dos professores;

- ✓ o aumento crescente das mensalidades cobradas reduz o ingresso de alunos todos os anos, exclui da Universidade boa parte da população, o que tem sido agravado pela redução do número de bolsas de estudo;

- ✓ a existência de três quadros funcionais em vigor com salários diferenciados para as várias categorias, os quais estabelecem remunerações desiguais para trabalho igual;

- ✓ o “repesamento” de boa parte dos professores para acesso e promoção na carreira, de maneira que muitos profissionais titulados continuam sem direito à concurso e muitas vezes recebem salários equivalentes ao da categoria auxiliar de ensino;

- ✓ a perpetuação de contratos remunerados por hora-aula ou inferiores à titulação para professores que já passaram pelo “período probatório” de dois anos, o que obriga muitos profissionais a buscarem complementação salarial em outras universidades;

- ✓ a acumulação por parte dos professores de tarefas e atividades administrativas que eram realizadas por funcionários, tendo em vista a drástica redução do corpo técnico nas secretarias das faculdades e nos órgãos de apoio da Universidade;

- ✓ a contínua redução de horas contratuais dos

continua na próxima página

continuação da página anterior

professores nos laboratórios e projetos de extensão, entre os quais na Clínica Psicológica, Escritório Modelo, Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais etc;

- ✓ o fechamento precipitado de turmas nos cursos de graduação que não tenham 25 alunos matriculados, antes mesmo da inscrição de portadores de diplomas de ensino superior, de transferências e de bolsistas do ProUní, o que tem prejudicado os próprios alunos que não conseguem se matricular por falta de vagas nos cursos de maior demanda.

- ✓ o encerramento das atividades do cursinho pré vestibular popular FOCO, que vinha prestando serviços relevantes para a população de baixa renda;

- ✓ a ameaça de fechamento de cursos abertos recentemente em outros campi da PUC-SP, como Barueri e Santana, por absoluta negligência na gestão e na captação de alunos;

- ✓ o não cumprimento do intervalo legal de 11 horas entre duas jornadas diárias de trabalho, o que pode comprometer a saúde dos professores;

- ✓ o não pagamento do dissídio de 7,66% de reajuste salarial devido aos professores desde 2005, julgado favorável à categoria em primeira e segunda instâncias, mas com novo recurso da Fundasp;

#### **FATORES ACADÊMICOS**

- ✓ A redução de horas

contratuais nas extensões e coordenações de estágio de 10 para 5 horas, com sérios prejuízos para os cursos, professores e estudantes;

- ✓ a redução das 10 horas de pesquisa anual aprovada pelo CEPE para período semestral, conforme deliberação do Consad, com dano acadêmico irreparável às atividades de pesquisa em andamento na Universidade;

- ✓ a ausência de liberação de recursos para a participação dos professores em congressos e encontros científicos para a apresentação de produção acadêmica;

- ✓ a alta rotatividade de professores contratados precariamente a partir de 2005, que tem provocado descontinuidade de trabalho e de programas em vários cursos;

- ✓ a adoção de processo de avaliação dos professores contrário às normas vigentes na Universidade, que não visa o aperfeiçoamento dos cursos, mas apenas o estabelecimento de punição aos profissionais; além disso, a avaliação de tarefas sem levar em conta as condições de trabalho e a situação contratual dos professores;

- ✓ a ameaça constante de demissão dos professores que não concordam com as reduções impostas de turmas e de contratos, o que acaba gerando grande insegurança e instabilidade no trabalho desenvolvido nos cursos;

- ✓ a inexistência de verba destinada ao pagamento de despesas a professores convidados – de fora de São Paulo – para participação em bancas nos programas de pós graduação, o que tem isolado a PUC-SP no intercâmbio mais am-

plo no Brasil e no exterior;

- ✓ a redução de horas contratuais e aumento do número de alunos por orientador, na pós graduação, sem levar em consideração o projeto pedagógico de cada curso, com danos diretos ao desempenho acadêmico da Universidade;

#### **DEMOCRACIA, DIÁLOGO, RESPEITO**

Diante desse mapeamento dos inúmeros fatores que alimentam a crise estrutural e conjuntural da Universidade, geram problemas de toda ordem ao bom andamento do trabalho dos professores, rebaixam a qualidade dos cursos e afastam a vinda de novos alunos, cabe a nós, professores, desenvolver uma ação imediata, forte e coletiva, para reverter essa situação de degradação generalizada da PUC-SP – em especial para reverter expectativas e defender os direitos dos professores.

É evidente que qualquer proposta de enfrentamento da crise implica no debate amplo, franco e aberto com toda a comunidade; em adotar métodos democráticos para que todos possam se expressar livremente; em buscar o diálogo e a negociação com todos os segmentos e as instâncias dirigentes da Universidade, com a Fundasp, o Consad, a Reitoria e o Consun – de tal maneira que as demandas dos professores sejam efetivamente ouvidas e atendidas.

O levantamento dos problemas apontados no presente diagnóstico indica que a PUC-SP, por sua comunidade, precisa resgatar imediatamente a prática da

democracia e da autonomia universitárias; precisa urgentemente reverter o processo de precarização dos salários e das condições de trabalho; precisa promover uma verdadeira revisão no Estatuto da Universidade; e precisa, enfim, de forma clara e transparente, com a participação de todos e todas, definir o modelo de universidade que queremos e pelo qual devemos lutar.

Agora é hora de construirmos uma pauta concreta, fundamentada na realidade vivida pelos professores nos seus vários campos de atividades e dedicação. Precisamos de muita união e de muita firmeza para impedir que novas violências e novos desmandos venham a ser perpetrados contra os professores. Precisamos vencer o medo, encarar os problemas da Universidade, permanecer de pé, manter a dignidade, construir propostas e propor negociações de alto nível. Defender a PUC-SP é defender o seu maior patrimônio – os professores. Nós exigimos e merecemos respeito.

*Antonio Rago, Águilas Nogueira, Carla Tieppo, Hamilton Octavio de Souza, Isaura Isoldi de M. C. Oliveira, João Batista Teixeira, João Evangelista Souza Neto, Jonnefer F. Barbosa, Jorge Cláudio Ribeiro, Leonardo Massud, Luiz Carlos Ramos, Marcos Cripa, Maria Aparecida Rago, Maria Beatriz Abramides, Maria do Socorro Reis Cabral, Maria Lúcia Barroco, Marli Pitarello, Matilde Melo, Priscilla Comalbas, Regina Gadelha, Rodrigo Priolli, Rubens Sawaia, Sandra Sanchez, Sérgio Pinto de Almeida, Valdir Mengardo, Victoria Claire Weischardt.*

*Se você tem sugestões para esse debate, participe dos nossos encontros*

**Próxima reunião: 25 de abril, às 17 h, na sede da APROPUC, R. Bartira 407**

# Na próxima semana Consun discute recurso contra penalização de Bia Abramides

No dia 30/4 o Consun deverá receber e discutir os recursos interpostos pela APROPUC e sua diretora Bia Abramides contra a punição de advertência imposta à professora.

Embora a professora Anna Cintra tenha afirmado que trata-se de um processo administrativo, cabendo ao Conselho de Administração, Consad a decisão, espera-se que a reitora nomeada cumpra a palavra empenhada na reunião do Conselho Universitário de março, quando afirmou que na sessão de abril do Conselho a questão iria ser discutida, após a designação de um relator.

No dia 24/04 quinta-

feira, na APROPUC, às 18:00 horas acontece uma reunião entre estudantes, funcionários e a diretoria da entidade para discutir as ações que deverão acontecer na reunião do Conselho Universitário.

Nesta semana continuamos a receber manifestações de solidariedade à docente. A seguir publicamos mais alguns nomes:

Nuria Pardillos; Estela Márcia Rondina Scandola; Érica Carneiro de Souza; Milena Videira; Luciane Martins; Pedro Bertolucci Keese; Luís Augusto Vieira; Magali Régis Franz; Thais Santos; Raimundo Andrade; Fernanda Cristina Alves Sugawara.

*Sou contra a perseguição de profissionais em qualquer espaço de trabalho. Na universidade, que deve comportar diferentes concepções de vida e de trabalho, qualquer afronta aos trabalhadores deve ser proibida.*

Leidiane Souza de Oliveira

**REUNIÃO ENTRE ESTUDANTES,  
FUNCIONÁRIOS E DIRETORIA DA APROPUC**

**Discussão do Processo Político  
envolvendo a  
professora Bia Abramides**

**24/4 - quinta-feira - 18h -  
sede da APROPUC**

## GAUCHE NA VIDA

# Da África do Sul à Palestina, boicote contra o apartheid

**Soraya Misleh**

A analogia entre a situação vivida pelos negros da África do Sul entre 1948 e 1994 e os palestinos há 66 anos, assim como o boicote ao apartheid como instrumento de luta foram apresentados na mesa que inaugurou a Semana contra o apartheid israelense no Brasil, no dia 24 de março último, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Iniciativa da Frente Palestina da Universidade de São Paulo

(USP), que contou com o apoio da Frente em Defesa do Povo Palestino, a semana se inseriu no calendário global que englobou atividades do gênero em centenas de cidades ao redor do mundo. Em São Paulo, seguiu até dia 28/3 com palestras e debates na USP e na PUC-SP, complementada por um ato por boicote a Israel no Dia da Terra palestino - 30 de março - denominado "rolezinho palestino", no Shopping Higienópolis, em frente à loja Spicy, que anuncia em seu site a venda da máquina de gaseificação caseira

Sodastream, cuja fábrica está instalada na Cisjordânia, território palestino ocupado militarmente por Israel em 1967.

Além de abordar o apartheid a partir da África do Sul à Palestina, a semana incluiu entre os temas a Copa de 2014 e o Boicote, desinvestimento e sanções (BDS) a Israel; roda de conversa com mulheres e LGBTs sobre essa campanha; o relato de experiências de estudantes brasileiros que visitaram a Cisjordânia recentemente; e a situação dos palestinos de Yarmouk, campo de refugia-

dos na Síria, cercado pelo regime sírio há oito meses.

A primeira mesa, o jornalista Arturo Hartmann, diretor do filme "Sobre futebol e barreiras", feito na Palestina, apresentou a definição de apartheid como "separação", "desenvolvimento separado", bem a contextualização histórica e uma série de situações na Cisjordânia que mostram sua aplicação no caso palestino. Centrando sua fala no que ocorre nessa

continua na próxima página

continuação da página anterior

parte da Palestina, ele falou sobre planos sionistas que levaram à instituição de bantustões naquelas terras. Entre os exemplos citados pelo jornalista está o apartheid basicamente territorial em Hebron, o uso discriminatório da água no Vale do Jordão e o que se vê hoje em Jerusalém, "na prática totalmente anexada", com permissão aos palestinos de viverem em apenas 7,8% do total (somando os lados oeste e leste). Citando dados da ONG B'TSelem, ele revelou que de 2004 a 2014, foram demolidas 503 casas palestinas, sendo que a conta sobre essa ação por parte do exército é repassada aos habitantes expulsos de suas propriedades, a menos que derrubem a própria moradia. Consequentemente, do total, 53 palestinos tiveram que arcar com esse ônus. "Existe uma política de segregação em relação às construções palestinas em Jerusalém leste". Hartmann citou ainda o status diferenciado da população que vive sob ocupação em relação a documentos, com a violação de seu direito de ir e vir dentro de sua própria terra. Mencionou ainda o muro do apartheid, que corta a Cisjordânia, e as consequências aos palestinos. Hartmann apontou que democracia e caráter judeu do Estado são incompatíveis e criam essa situação de apartheid. Em outras palavras, somente em um estado laico seria possível garantir direitos iguais para todos, independentemente de etnia ou religião. Ele concluiu: "A solidariedade internacional é o que resta a esse território. Eu ouvi de palestinos e israelenses que a única coisa boa que tem acontecido é o BDS, porque a situação é dramática. Acho inclusive que apartheid é uma palavra muito amena para as coisas que acontecem ali".

Nesse contexto, a situação dos 1,5 milhão de palestinos que vivem onde hoje é Israel - submetidos a leis racistas e al-

guns vivendo em aldeias sequer reconhecidas pelo Estado, sendo privados de serviços públicos essenciais - foi lembrada pela plateia. Assim como a discriminação enfrentada pelos palestinos e descendentes para entrarem em Israel e a situação vivida pelos milhares de refugiados, cujo direito de retorno às suas terras e propriedades tem sido negado.

Aos sul-africanos Thando Manzi e Hlokosha Montu coube a analogia com o regime que enfrentaram entre 1948 e 1994 em seu país e o que está instituído na Palestina hoje. Estudante de geografia, o primeiro deles contextualizou historicamente a instituição do apartheid ali e ressaltou: "De 1962 a 1983, 3,5 milhões de negros foram removidos de suas casas (para os bantustões); em 1970, a representação política de não brancos foi abolida, privados de cidadania. O governo segregava o acesso à educação, ao trabalho, ao atendimento médico e a outros serviços públicos". Ele relatou a luta contra o apartheid, as repressões sofridas pelos ativistas e comentou: "Depois vieram as sanções internacionais sobre a África do Sul e essas tornaram extremamente difícil ao governo manter essa estrutura".

Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos da África do Sul, Montu contou sua experiência durante o apartheid, destacando que à época havia 4 milhões de brancos e 40 milhões de negros, os quais precisavam ter sempre consigo um passaporte interno. "Havia uma lei que me obrigava todo dia às cinco horas da tarde a sair da cidade onde eu estava (trabalhando) e retornar à cidadezinha onde eu morava. Se eu estivesse numa cidade restrita à população branca e extrapolasse o tempo, eu tinha que mostrar uma carta do meu empregador para que a polícia não me prendesse. E na zona em que eu morava, havia constantes batidas policiais para checar se nossa documentação era equivalente ao lugar onde estávamos. Se éramos

encontrados, por exemplo, num parque com nossas namoradas éramos presos ou expulsos dali".

Também recuperando a história, ele contou que em 1913 o governo da África do Sul apresentou a chamada Lei da Terra, reservando apenas 13% do total para os negros, os quais foram "expulsos de todas as zonas férteis e áreas mais bonitas do país. Éramos jogados para cultivar as zonas que eram basicamente desertas, e só podíamos entrar nas cidades controladas pelos brancos para trabalhar". Ele enfatizou: "É a mesma política aplicada pelo Estado de Israel sobre os palestinos, de documentação, de passaportes, assassinatos, prisões em massa, torturas, despejos de zonas férteis para zonas desertas. Mandela dizia que nossa liberdade jamais será completa enquanto os palestinos não forem livres. E tenho clareza que só as massas podem libertar a Palestina. Não podemos confiar nem nos patrões nem nos governos para isso".

## YARMOUK

As massas estão se movendo no mundo árabe, sacudidas por revoluções que tiveram início em 2010 na Tunísia e seguiram para diversos outros países, como Egito, Iêmen, Líbia e Síria. Nesse último país, começaram em 15 de março de 2011. Após três anos de repressão bárbara por parte do ditador Bashar Al Assad, o resultado são cerca de 200 mil mortos, 250 mil desaparecidos, 300 mil presos e mais de 5 milhões de refugiados, incluindo palestinos que lá viviam. Quem informou foi Mohamad Kadri, da Frente em Defesa do Povo Palestino, na atividade sobre a situação dos palestinos na Síria, que encerrou a semana.

A ativista síria Sara Al Suri apresentou tal quadro como uma "segunda nakba". Em todo o país, viviam antes do início da revolução cerca de 500 mil palestinos, sendo 120 mil no campo de refugiados de Yarmouk, instituído em 1957.

Tendo se somado nas lutas contra a ditadura, a maioria se viu obrigada a buscar novo refúgio, para escapar da repressão. Restaram 18 mil em Yarmouk, que vivem sob bloqueio total, tendo que se alimentar de "cães, gatos, grama".

Esses refugiados são parte dos 5 milhões que vivem em campos de refugiados na região, a um raio de 150km da Palestina ocupada - afora mais 2 milhões que vivem dentro dos territórios, mas foram deslocados internamente por Israel. Os dados foram apresentados por Manuel Nabais da Furriela, presidente da Comissão de Refugiados, Exilados e Proteção Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP). Segundo lembrou, essa população é a que se encontra em situação de refúgio há mais tempo no mundo. A campanha de BDS traz como uma de suas demandas que se cumpra o direito de retorno dos palestinos às suas terras e propriedades.

*Soraya Misleh é jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo, pós-graduada em globalização e cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Letras pela Universidade de São Paulo. Diretora do Instituto da Cultura Árabe, membro da Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada e do Movimento Palestina para Tod@s (Mopat)*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## FALA COMUNIDADE

# O conflito árabe-israelense de um ponto de vista estrutural

Franklin Goldgrub

Rios de tinta, conforme a consagrada expressão, já foram vertidos sobre os diversos aspectos do conflito centenário, habitualmente tratado como uma disputa territorial e religiosa, devido ao choque de dois nacionalismos.

A perspectiva ideológica procurou enquadrar o conflito em seus próprios termos. Na abordagem proposta pelas correntes ditas de "esquerda", o conflito expressaria o confronto entre colonialistas europeus e a população nativa. A luta de classes é transposta para a relação entre judeus ricos e árabes (palestinos) pobres. A mais valia, no caso, seria extraída via roubo de terras.

Os que questionam esse enfoque a partir de evidências históricas são chamados de "direitistas".

A história da volta dos judeus a Israel se deu sem qualquer apropriação de terras pertencentes à população local - diretriz do Fundo Nacional Judaico, cujo complemento foi a ênfase no trabalho físico, principalmente a agricultura. Qualquer tentativa de apresentar os imigrantes judeus como ladrões de propriedade alheia ou exploradores do trabalho árabe é absolutamente falsa.

As terras do futuro estado de Israel eram improdutivas e não habitadas. O desenvolvimento da região, relegada ao abandono pela administração otomana, atraiu habitantes das localidades próximas, algo comum em situações desse tipo. Não houve desapropriação, expulsão ou de qualquer outra forma de prejuízo da população árabe (que em sua grande maioria tampouco era "nativa").

Muito pelo contrário - não é absurdo falar numa imigração árabe, favorecida pelas restrições es-

tipuladas nos "white papers" da administração britânica, favoráveis ao movimento demográfico procedente do entorno, enquanto o acesso dos judeus ficou subordinado a um sistema de cotas.

Essa situação continua até hoje e é fácil compreender por que. Os cidadãos árabes israelenses estão numa situação imensamente mais favorável que sírios, jordanianos, egípcios, marroquinos, tunisianos, iemenitas, sauditas, etc. Não há emigração árabe, mas o contrário - entrada em Israel via permissão temporária para trabalhar, reunião familiar e casamento. Sudaneses e eritreus desafiam condições drásticas para ingressar em Israel atravessando um Sinai infestado de perigos - beduínos com as piores intenções e soldados egípcios adeptos do tiro ao alvo em humanos.

A guerra de 1948 tampouco resultou em expropriação ou expulsão. Poucos processos históricos estão tão bem documentados como a finalidade da invasão do recém criado estado judeu por parte de cinco exércitos apoiados por milícias árabes locais, a saber, a destruição do país e o extermínio da sua população. A estratégia dos invasores incluiu a ordem de que a população árabe se deslocasse para favorecer o respectivo movimento de tropas. As raras ocasiões em que a mesma injunção foi dada pelos combatentes judeus deveram-se a uma finalidade idêntica: contrapor-se estrategicamente aos invasores.

A história se repete em relação ao resultado da guerra de 67, tanto do ponto de vista da agressão e da sua finalidade como da tentativa de apresentar a derrota dos atacantes em função da beligerância israelense.

As evidências, porém, são claras: não havia um país cha-

mado Palestina em 1967; os 19 anos de ocupação jordaniana na margem ocidental e egípcia em Gaza não causaram qualquer movimento tendente a criar um "estado palestino"; ao contrário do Sinai, Egito (e Jordânia) não reivindicaram a devolução desses territórios, com a intenção deliberada de atacar Israel agora via terror.

Os agressores se transformaram em vítimas do sionismo. Os seus advogados se apropriaram de certas características marcantes da história dos judeus - "seis milhões" de refugiados, genocídio, anseio por um estado nacional cuja capital teria que ser Jerusalém, retorno à terra natal perdida, David contra Golias... Enfim, um "sionismo" árabe espelhado na tragédia do judaísmo europeu e oriental, bem como na luta dos judeus contra o domínio britânico. Os crimes de guerra ingleses motivados pelo interesse na exploração do petróleo, praticados contra os judeus que fugiam do inferno nazista, constituem uma das páginas mais repugnantes da história.

Acima de tudo, a chamada "ocupação" israelense da margem ocidental do Jordão (Judéia e Samaria) teve peculiaridades inéditas em situações desse gênero. Basta consultar as estatísticas: de 1967 até o retorno de Arafat (1993/4), imposto pela Liga Árabe, a média de vida da população local aumentou exponencialmente, acompanhada pelo seu corolário habitual (a diminuição drástica da mortalidade infantil), além do crescimento do PNB em ritmo superior à média de qualquer país da região (inclusive Israel), com o correspondente aumento da renda per capita.

Isso se encaixa muito mal no argumento da ocupação - que tra-

dicionalmente significa apropriação da matéria prima local reserva de mercado e exploração da mão de obra nativa. A acusação de genocídio chega ao patético: 20% da população de Israel são árabes. Quanto ao "apartheid": há juízes árabes na Suprema Corte, jogadores árabes na seleção nacional, deputados árabes, profissionais liberais árabes ocupando postos de responsabilidade em hospitais e empresas, artistas premiados, e o árabe é uma das línguas oficiais do país, junto ao hebraico e ao inglês...

Do outro lado... A nenhum judeu (não somente israelense) é permitido sequer pisar certos países árabes (Arábia Saudita e outros)...

Tudo isso é fartamente documentado e apoiado por evidências incontroversas, mas seu impacto é mínimo, se algum, sobre pessoas que, sem qualquer conhecimento histórico, adotam o enfoque ideológico via condicionamento pavloviano e repetem os preceitos da mídia goebbaliana.

Todos os estados árabe/muçulmanos, independentemente de algumas tendências particulares (o Líbano anterior ao Hezbollah, a Turquia anterior a Erdogan), são dirigidos por regimes ditatoriais mediante o receituário habitual: ausência de oposição, inexistência de direitos civis, canalização do investimento para as forças armadas e policiais (bem como milícias terroristas), política exterior dirigida para a expansão territorial ou política (zonas de influência), repressão às minorias (inclusive muçulmanas).

A existência de um estado

continua na próxima página

continuação da página anterior

como Israel, epítome do que há de mais avançado tecnologicamente e mais sofisticado socialmente, cuja população tem origens muito diversas e convive em uma dimensão territorial mínima regida por leis aplicáveis a todos, é preocupante para as camadas dominantes das ditaduras vizinhas.

Mais do que um conflito religioso, o que se observa é a rejeição absoluta por uma realidade social cujo exemplo ameaça a sobrevivência do autoritarismo. A preocupação pelos "palestinos oprimidos" (mas pelo Fatah,

Hamas e estados da região, como Líbano, Jordânia e Síria) é mero pretexto para impedir, ainda mais na era da internet, a desestabilização do poder exercido por aiatolás, generais e sheiks.

Com relação à 'esquerda', os motivos para a contradição entre o humanismo oficialmente alardeado e evidências tão claras devem ser buscados em um terreno mais próximo à psicologia. O fracasso político, econômico e ético das ditaduras do proletariado do leste europeu e das suas derivações na América Latina, Ásia e África facilitaram a alternativa da busca do bode expiatório. O fim do apartheid ameaçou desativar as ONGs, cujos orça-

mentos dependiam do combate à opressão da população negra.

Israel se tornou o candidato ideal para que a 'esquerda' pudesse recuperar tanto o sentimento de uma missão humanista (militantes) como receber a generosa recompensa por essa nobre atitude (dirigentes). Serviu também para (tentar) apagar as recordações associadas ao pesadelo do Gulag, aos regimes policialescos da Europa Oriental, ao trabalho escravo chinês, aos massacres do Camboja, exemplos de como a 'esquerda' exerceu o poder.

Desde o fim da União Soviética a 'esquerda' luta contra o 'desemprego', em função das suas consequências econômicas e mentais.

A aliança dos herdeiros da 'ditadura do proletariado' com o fundamentalismo islâmico (celebrada em Durban 2001) se apoia na conjunção de interesses. A repulsa à modernização (econômica, social), definida como característica do capitalismo, é um deles. A rejeição dos conceitos de oposição e de minoria é outra. A equação "judeu = dinheiro = capitalismo = Estados Unidos = Israel" faz parte dessa concepção (que nega, via máscara "humanista", a relação íntima entre anti-sionismo e anti-semitismo).

Dize-me com quem andas...

*Franklin Goldgrub é professor da FaCHS*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# PM desocupa favela da Telerj, deixando cinco mil pessoas sem moradia

Por volta das 5h da sexta-feira, 11/4, 1650 homens dos batalhões de Choque, Operações Especiais (Bope), Grandes Eventos e Méier começaram o procedimento de reintegração de posse do prédio abandonado da operadora de telefonia Oi, no Engenho Novo, no Rio de Janeiro. De acordo com as autoridades, por volta das 10h30 a operação já havia terminado. Cerca de cinco mil pessoas moravam no prédio, quando os batalhões desocuparam o local à força, deixando 16 pessoas (sendo nove policiais)

feridas e 27 detidas.

A reintegração foi violenta e a população apresentou resistência: quatro ônibus, carros particulares, um caminhão, parte de um prédio e um veículo da PM foram incendiados.

A chamada favela da Telerj se formou em 31/3, data em que o prédio abandonado da Oi foi ocupado. Após a repressão da Polícia Militar, moradores acamparam em frente à prefeitura, reivindicando negociações por parte das autoridades. No domingo, 13/4, cerca de

600 pessoas ainda estavam acampadas e no dia seguinte, os moradores protestaram em frente à prefeitura da cidade.

Segundo moradores da favela da Telerj, a desocupação feita pela PM se deu de forma agressiva. Os policiais chegaram às casas de madrugada, jogando spray de pimenta e apressando as pessoas a abandonarem suas moradias. Além disso, um helicóptero da PM lançou bombas de gás lacrimogêneo, para conter os manifestantes, que resistiram à reintegração.

## Comissão da Verdade lança biografia de frei Tito

Na segunda-feira, 14/4, a biografia do frei Tito de Alencar foi lançada em São Paulo, às 19h, na Assembleia Legislativa - Av. Pedro Álvares Cabral, 201. Paralelamente ao lançamento do livro, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva fez uma audiência sobre o caso do Frei, que se destacou politicamente na cidade de São Paulo. Participaram da audiência o presidente da Comissão Adriano Diogo, o ex-preso político e amigo de Tito, Frei Betto e as autoras da obra Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Frei Tito foi preso e torturado nos porões da Operação Bandeirantes (Oban) em 1970.

## Ocupação do Complexo da Maré deixa mais dois mortos

Com 67 anos, a moradora do Complexo da Maré Terezinha Justino da Silva foi morta com tiros no peito na noite de segunda-feira, 14/4. Ainda não se sabe as circunstâncias de sua morte, que está sendo investigada. De acordo com a Polícia Militar, duas viaturas do batalhão de campanha das Forças de Pacifica-

ção foram atacadas por traficantes e foi nesse contexto que a moradora da Maré foi baleada. Terezinha morreu logo que chegou ao Hospital Federal de Bonsucesso, na zona norte.

No sábado, 13/4, Jefferson Rodrigues da Silva, de 18 anos, foi morto pela Força de Pacificação. Segundo depoimento de três polici-

ais na 21ª DP o jovem, que não tinha antecedentes criminais, atacou uma guarnição da PM. Porém, a família de Jefferson, que era conhecido como Parazinho, afirma que ele apenas se assustou com a presença dos policiais e correu.

O Complexo da Maré foi invadido pelo exército no dia 5/4 de forma agressiva e vi-

olenta: soldados ameaçaram moradores, depredaram bens das casas, decretaram prisões contraditórias e abusaram do poder. Quatro moradores já morreram desde a ocupação do local pelos soldados, que invadiram o Complexo com a justificativa de "limpeza do tráfico", mas que só têm reforçado a face truculenta da PM e do exército.

# ROLA NA RAMPA

## PUC perde dona Maria da Luz



*Dona Maria à direita, junto com seus colegas, Ney Santos Pereira, Irmã Valdete e Alan Estevão à esquerda*

A PUC-SP perdeu mais um pedaço de sua história. Na terça-feira, 15/4, faleceu Maria da Luz Ribeiro Pinto, a Dona Maria da copa do Prédio Velho. Nascida em 29/10/33, Dona Maria trabalhava na universidade desde março de 1967, porém ela costumava dizer aos colegas que tinha mais três anos trabalhados anteriormente, com outro vínculo, o que totalizou no mês passado os 50 anos de casa. Dona Maria deixou uma tristeza profunda entre seus colegas de trabalho, que se emocionaram ao falar sobre a colega que se foi. Para Ney Santos Pereira, também da copa do Prédio Velho, Dona Maria era muito mais do que sua chefe, considerada como uma segunda mãe, brincalhona e sempre respeitosa com os colegas. A mesma opinião foi compartilhada

por Elizeu da Silva Cobra, o "caçula" da copa, mas já entendendo todo o carinho que Dona Maria dedicava a todos. Ele lembra como ela cuidava dos funcionários, levantando o astral de todos com suas brincadeiras, como sair correndo pelo Prédio Velho com um chinelo na mão atrás de outro funcionário. Afastada em janeiro de 2014, Dona Maria não mais voltaria à PUC-SP, deixando uma saudade imensa naqueles que com ela conviveram e o cafezinho, certamente, um pouco mais amargo.

### MARIANA MUNDIM

O curso de Jornalismo também teve uma perda na última semana. No domingo, os colegas e amigos se despediram da estudante Mariana Mundim, do último ano do curso, natural da cidade de Uberaba-MG.

## Cecafro retoma atividades

O Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora da PUC-SP (Cecafro), reconhecido pela participação e produção intelectual de professores e pesquisadores nos chamados "Estudos africanos no Brasil", retoma os trabalhos no dia 24/4. As reu-

niões do grupo acontecem toda última quarta-feira do mês e são abertas a todos os alunos da universidade, de forma gratuita. Para mais informações sobre as reuniões, entre em contato pelo email sheilagomessilva@bol.com.br.

## Comissão da APROPUC divulga Calendário Eleitoral

A Comissão Eleitoral encarregada de coordenar o processo eleitoral da APROPUC, formada pelas professoras Noely Weffort de Almeida, Sueli G.Pacheco Amaral e

Vera Lúcia Cabrera Duarte, divulgou na semana passada o calendário que regerá as próximas eleições da entidade. A seguir divulgamos os prazos para o processo.

### Calendário Eleitoral

As eleições ocorrerão de 03 a 05 de junho de 2014, das 8:00 horas às 20:00 horas.

Registro de Chapa : de 12/05 a 13/05/2014 – 9h30 às 19h00

Entrega de Programa de Chapa e Composição de Chapa : 13/05/2014 até as 19h00.

Entrega de mensagens para veiculação no PUCviva e site da APROPUC - 1ª mensagem até 15 de maio de 2014 até 12h00 e a 2ª mensagem até 22 de maio de 2014 até as 12h00

Somente os professores associados até 17 de março de 2014 poderão votar e ser votados.

A posse da nova diretoria será no dia 16 de junho de 2014.

## Ciclo sobre Jornalismo e Cinema acontece na PUC-SP

O Ciclo Cinema e Jornalismo terá sua primeira edição entre os dias 24/4 e 5/6, a partir das 17h, no laboratório 14 (subsolo do Prédio Novo). Serão exibidos documentários de diversos diretores nacionais e internacionais, seguidos de debates sobre sua relação com o jornalismo. Os filmes foram selecionados por alunos do último ano do curso de Jornalismo, na disciplina "Jornalismo e Cinema", sob a orientação do professor

Wladyr Nader e é direcionado a cinéfilos e estudantes da área. Os filmes programados para exibição serão O dia que durou 21 anos (24/4), As canções (8/5), Este é Orson Welles (15/5), Estamira (22/5), Ilha das Flores e Recife Frio (22/5), \$O\$ Saúde (29/5) e Doméstica (5/6). Para sanar possíveis dúvidas, entre em contato com o professor Wladyr Nader em seu email [escritablog@gmail.com](mailto:escritablog@gmail.com).

## Sipat 2014 prossegue nesta semana

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes 2014, organizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), já vem organizando debates e atividades práticas que envolvem tanto o bem estar físico quanto mental. Trabalhando temas como música, alimentação, tabagismo, maquia-

gem, e promovendo exames como aferição da pressão arterial dos funcionários da PUC-SP, a semana termina no dia 29/4, com a distribuição de prêmios. Para conferir a programação integral da semana, acesse o documento em <http://www.pucsp.br/cipa/downloads/programacao-cipa-2014.pdf>.